

CONSIGNADOS I COMPANHIA SECURITIZADORA
DE CRÉDITOS FINANCEIROS

Relatório do auditor independente

Demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2024

CONSIGNADOS I COMPANHIA SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCEIROS

Demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2024

Conteúdo

Relatório da Administração

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Demonstrações do valor adicionado

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Relatório da Administração

Cenário Atual

A **CONSIGNADOS I COMPANHIA SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCEIROS** (“Companhia”) é uma sociedade anônima, devidamente registrada na categoria S1, em 01 de junho de 2022, na CVM, nos Termos da Resolução 60. Após obter o registro de categoria S1, não possui obrigatoriedade de entregar as informações trimestrais, que é somente aplicável para as companhias registradas na categoria S2, conforme art. 47, VII, da Res. CVM 60.

A Companhia tem como principais atividades: (i) a aquisição e securitização de créditos exclusivamente oriundos de operações praticadas por bancos múltiplos, bancos comerciais, bancos de investimento, sociedades de créditos imobiliários, sociedades de arrendamento mercantil, sociedades de crédito, financiamento e investimento, associações de poupança e empréstimo, caixas econômicas e companhias hipotecárias; (ii) emissão e colocação privada, junto ao mercado financeiro e de capitais, de qualquer título de crédito ou valor mobiliários compatível com suas atividades, respeitados os trâmites da legislação aplicável; (iii) a realização de negócios e a prestação de serviços relacionados às operações de securitização de crédito supracitadas; e (iv) a realização de operações de hedge em mercados derivativos visando a cobertura de riscos da sua carteira de créditos.

Em atendimento à Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, informamos que a Companhia, no exercício de 2024, contratou a BDO RCS Auditores Independentes somente para a prestação de serviços de auditoria das demonstrações contábeis anuais, não tendo a referida empresa prestado qualquer outro tipo de serviço a Companhia.

As demonstrações de cada patrimônio separado da Securitizadora são apresentadas de forma individualizadas, auditadas e entregues à CVM.

Apresentamos para apreciação de V.Sas., as informações financeiras desta Companhia, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 com os dados comparativos do exercício social anterior. Ficamos à disposição dos senhores acionistas para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários.

Administração,
São Paulo, 28 de fevereiro de 2025

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Acionistas e Administradores da
Consignados I Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Consignados I Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e de seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Consignados I Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros em 31 de dezembro de 2024 e o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação a Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Não existem principais assuntos de auditoria a comunicar em nosso relatório.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da diretoria pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança, declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 28 de fevereiro de 2025.

Consignados I Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais - R\$)

Ativo	Notas	31/12/2024	31/12/2023
Ativo circulante		<u>-</u>	<u>2</u>
Outros ativos	4	-	2
Total do ativo		<u><u>-</u></u>	<u><u>2</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Consignados I Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais - R\$)

Passivo e patrimônio líquido

	Notas	31/12/2024	31/12/2023
Passivo circulante		<u>-</u>	<u>-</u>
Patrimônio Líquido		<u>-</u>	<u>2</u>
Capital social	5.1	17	17
Lucros (prejuízos) acumulados	5.2	(17)	(15)
Total do passivo e do patrimônio líquido		<u><u>-</u></u>	<u><u>2</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Consignados I Companhia Securitizadora de Créditos

Demonstrações do resultado

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais - R\$)

	Notas	31/12/2024	31/12/2023
Receitas Operacionais		<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado operacional líquido de securitização		<u>-</u>	<u>-</u>
Receitas (despesas) operacionais			
Outras receitas (despesas) operacionais		(2)	-
Total de (despesas) receitas operacionais		<u>(2)</u>	<u>-</u>
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro		<u>(2)</u>	<u>-</u>
Resultado financeiro		<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado financeiro líquido		<u>-</u>	<u>-</u>
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social		<u>(2)</u>	<u>-</u>
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		<u>(2)</u>	<u>-</u>
Quantidade de ações	7	17.100	17.100
Lucro líquido (prejuízo) do exercício por ação - R\$		<u>-R\$ 0,00010</u>	<u>-</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Consignados I Companhia Securitizadora de Créditos

Demonstrações do resultado abrangente

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais - R\$)

	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	<u>(2)</u>	<u>-</u>
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	<u><u>(2)</u></u>	<u><u>-</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Consignados I Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais - R\$)

	Capital social	Prejuízos acumulados	Patrimônio líquido
Saldos em 1º de janeiro de 2023	17	(15)	2
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	<u>17</u>	<u>(15)</u>	<u>2</u>
Saldos em 1º de janeiro de 2024	17	(15)	2
Prejuízo do exercício	-	(2)	(2)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	<u>17</u>	<u>(17)</u>	<u>-</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Consignados I Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros

Demonstrações dos fluxos de caixa

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais - R\$)

	31/12/2024	31/12/2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido (prejuízo) do exercício antes dos impostos	<u>(2)</u>	<u>-</u>
Ajustes para reconciliar o lucro antes dos impostos com o caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais:		
Redução (aumento) nos ativos operacionais:		
Aumento (redução) nos passivos operacionais:		
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	<u>(2)</u>	<u>-</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimento	-	-
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento	-	-
Aumento (redução) do saldo de caixa e equivalentes de caixa	<u>(2)</u>	<u>-</u>
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	2	-
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	-	2
Aumento (redução) do saldo de caixa e equivalentes de caixa	<u>(2)</u>	<u>-</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Consignados I Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros

Demonstrações do valor adicionado

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais - R\$)

	31/12/2024	31/12/2023
Receitas	<u>-</u>	<u>-</u>
Insumos adquiridos de terceiros	<u>(2)</u>	<u>-</u>
Outras despesas	(2)	-
Valor adicionado bruto	<u>(2)</u>	<u>-</u>
Valor adicionado líquido produzido	<u>(2)</u>	<u>-</u>
Valor adicionado recebido em transferência		
Valor adicionado a distribuir	<u><u>(2)</u></u>	<u><u>-</u></u>
Distribuição do valor adicionado		
Resultado retido (prejuízo do exercício)	(2)	-
Valor adicionado distribuído	<u><u>(2)</u></u>	<u><u>-</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

(Valores expressos em milhares de Reais exceto quando de outra forma indicado)

1 Informações gerais e contexto operacional

A Consignados I Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros (“Companhia”), foi constituída em 19 de janeiro de 2018 e alterou a razão social em Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 25 de junho de 2019 para Consignados I Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros, e é uma sociedade anônima, cuja sede social está localizada na cidade de São Paulo - SP. Suas acionistas até 31 de dezembro de 2024 eram True One Participações S.A. e Cadência Participações Ltda.

Em 31 de dezembro de 2024, a True One foi incorporada por sua acionista majoritária, que foi incorporada pela Opea Securitizadora S.A., que passou a deter 100% das ações da Companhia.

A Companhia tem como principais atividades: (i) a aquisição e securitização de créditos exclusivamente oriundos de operações praticadas por bancos múltiplos, bancos comerciais, bancos de investimento, sociedades de créditos imobiliários, sociedades de arrendamento mercantil, sociedades de crédito, financiamento e investimento, associações de poupança e empréstimo, caixas econômicas e companhias hipotecárias; (ii) emissão e colocação privada, junto ao mercado financeiro e de capitais, de qualquer título de crédito ou valor mobiliários compatível com suas atividades, respeitados os trâmites da legislação aplicável; (iii) a realização de negócios e a prestação de serviços relacionados às operações de securitização de crédito supracitadas; e (iv) a realização de operações de hedge em mercados derivativos visando a cobertura de riscos da sua carteira de créditos.

Atualmente a Consignados I Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros tem como objetivo a emissão de instrumento de dívida (debêntures) no mercado primário. Essa emissão foi estruturada com lastro em créditos consignados de aposentados públicos do INSS.

Em 18 de outubro de 2019, em AGE os acionistas deliberaram pela aprovação da realização da Emissão e da Oferta Restrita de debêntures, não conversíveis em ações, escriturais e nominativas, com valor total de R\$ 1.500.000 (um bilhão e quinhentos milhões de reais), em 3(três) séries, em montantes já delimitados, com garantia real da totalidade dos direitos creditórios e quaisquer outros valores a que a Companhia faça jus, nos termos da escritura.

Em face da securitização em regime fiduciário, na essência e na forma, sem quaisquer retenções de riscos e benefícios sobre os recebíveis de crédito objeto de garantia real constituídas em favor das debêntures emitidas, a Companhia procedeu com o desconhecimento do ativo financeiro vinculado ao passivo da emissão, uma vez que retem somente os direitos contratuais sobre o recebimento do ativo original, concomitantemente à obrigação assumida do pagamento dos respectivos fluxos de caixa aos debenturistas.

A prestação de serviços de gestão dos fluxos financeiros da operação de debêntures e seus ativos fiduciariamente vinculados é realizada diretamente pela True One, e custeada dentro da estrutura da operação, sem retenção de benefícios ou compromissos para a Companhia. A partir de 31/12/2024, os serviços serão prestados pela Opea Securitizadora S.A., incorporadora da True One.

Em decorrência da estruturação da operação, a Companhia opera exclusivamente com um patrimônio separado, que é responsável por todas as obrigações associadas à sua gestão. Todas receitas e as despesas da Companhia, relacionadas a serviços prestados, como auditoria e outros custos operacionais, são registradas diretamente no Patrimônio Separado (PS) e classificadas como despesas operacionais, pois estão diretamente vinculados às operações realizadas dentro do patrimônio separado. Diante disto, não é esperado que a Companhia venha auferir lucro para os próximos exercícios.

A Companhia avalia que possui capacidade de manter as suas atividades em funcionamento enquanto as operações do Patrimônio em Separado estiverem ativas.

2 Bases de preparação das demonstrações financeiras

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas e são apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aprovadas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) vigentes na data base. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e nos pronunciamentos, nas orientações e nas interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

A Administração da Companhia declara e confirma que todas as informações relevantes próprias contidas nas demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela diretoria e sua emissão foi autorizada em 28 de fevereiro de 2025.

2.2 Bases de apresentação

2.2.1 Bases de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor, ajustadas quando aplicável para refletir os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. A Companhia elabora suas demonstrações financeiras, exceto as informações de fluxo de caixa, utilizando a contabilização pelo regime de competência.

2.2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional é o Real. As demonstrações financeiras são apresentadas em reais. Todas as informações contábeis trimestrais apresentadas foram arredondadas para a unidade de reais mais próxima, exceto quando indicado de outra forma.

2.2.3 Uso de estimativas

A preparação das demonstrações financeiras está de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil, que requerem que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

Para efetuar as referidas estimativas, a Administração utilizou as melhores informações disponíveis na data da preparação das demonstrações financeiras, bem como a experiência de eventos passados e correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros.

As estimativas e premissas, quando necessárias, são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas respectivamente.

3 Políticas contábeis materiais

3.1 Caixa e equivalentes de caixa

Caixas e equivalentes de caixa incluem os montantes de caixa, saldos em contas correntes bancárias e aplicações financeiras com prazo para resgate de até 90 (noventa) dias da data da aplicação, principalmente em aplicações compromissadas e Certificados de Depósito Bancário (CDBs). As aplicações financeiras são registradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento dos balanços e não superando o valor de mercado.

3.2 Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

3.3 Provisões, ativos e passivos contingentes

A Administração, ao elaborar suas demonstrações financeiras efetua a distinção entre:

- Provisões que podem ser definidas como saldos credores que cobrem obrigações presentes legais ou presumidas na data do balanço patrimonial, decorrentes de eventos passados que poderiam dar origem a uma perda ou desembolso para a entidade cuja ocorrência seja considerada provável e cuja natureza seja certa, mas cujo valor e/ou época sejam incertos;
- Passivos contingentes são possíveis obrigações que se originem de eventos passados e cuja existência somente venha a ser confirmada pela ocorrência ou não ocorrência de um ou mais eventos futuros que não estejam totalmente sob o controle da Companhia. Incluem as obrigações presentes da entidade, caso não seja provável que uma saída de recursos que incorporem benefícios econômicos será necessária para a sua liquidação;
- Ativos contingentes são ativos originados em eventos passados e cuja existência dependa, e somente venha a ser confirmada pela ocorrência ou não ocorrência de eventos além do controle da Companhia. Não são reconhecidos no balanço patrimonial e nem na demonstração do resultado, mas são divulgados nas notas explicativas, exceto quando seja praticamente certo que esses ativos venham a dar origem a um aumento em recursos que incorporem benefícios econômicos.

As demonstrações financeiras da Companhia incluem todas as provisões substanciais em relação às quais se considere que seja grande a possibilidade de que a obrigação tenha de ser liquidada, ou seja, que apresente perda provável. De acordo com as normas contábeis, passivos contingentes, ou seja, que apresentem perda possível não devem ser reconhecidos nas demonstrações financeiras, mas divulgadas em notas explicativas.

3.4 Instrumentos financeiros

3.4.1 Ativos financeiros não derivativos

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado (VJR)

De acordo com CPC 48, o ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado pela Companhia, de acordo com a gestão de riscos/modelo de negócio documentada e a estratégia de investimentos. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e as mudanças desses ativos são reconhecidas no resultado dos exercícios.

Ativos financeiros registrados ao custo amortizado

São ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Ativos financeiros desreconhecidos

A Companhia deixa de reconhecer ativos financeiros quando estes reúnem as três condições previstas no item 3.2.5 do CPC 48, que são:

- (a) Quando a Companhia não tem obrigação de pagar valores a eventuais recebedores, exceto aqueles que forem decorrentes do recebimento do ativo original a eles vinculados.
- (b) Quando à Companhia é vedada de vender ou oferecer em garantia o ativo original que se encontra em garantia real da emissão do passivo subjacente, exceto aos próprios detentores dos direitos aos quais há a obrigação de lhes pagar fluxos de caixa.
- (c) Quando a Companhia tem obrigação de remeter quaisquer fluxos de caixa que cobrar, nas datas estipuladas de amortização e/ou pagamento de juros, sendo que durante o exercício em que o fluxo de caixa se tornar positivo, quaisquer excedentes devem ser direcionados a uma conta pré-determinada, desde a data do seu recebimento até a data da efetiva remessa aos credores, conforme calendário de amortizações, não se responsabilizando a Companhia pelos investimentos e nem por sua rentabilidade, sendo que os juros auferidos sobre estes investimentos temporários compõem o montante de recursos a serem repassados aos credores.

3.4.2 Passivo Financeiros e instrumentos de capital

Os passivos financeiros são classificados como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, exceto:

- Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado. Esses passivos, incluindo derivativos que sejam passivos, devem ser mensurados subsequentemente ao valor justo;

- Passivos financeiros que surjam quando a transferência do ativo financeiro não se qualificar para desreconhecimento ou quando a abordagem do envolvimento contínuo for aplicável;
- Contratos de garantia financeira. Após o reconhecimento inicial, são mensurados subsequentemente pelo maior valor entre:
 - O valor da provisão para perdas; e
 - O valor inicialmente reconhecido menos, se apropriado, o valor acumulado da receita reconhecido de acordo com os princípios da IFRS 15.
- Compromissos de conceder empréstimo com taxa de juros abaixo do mercado. São mensurados subsequentemente pelo maior valor entre:
 - O valor da provisão para perdas; e
 - O valor inicialmente reconhecido menos, se apropriado, o valor acumulado da receita reconhecida.

Em geral, os passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado, exceto os incluídos nas rubricas “Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado”, “Contratos de Garantia” e “Compromissos de conceder empréstimos”, os quais mensurados conforme mencionado anteriormente.

Na ausência de cotações públicas, a Administração, por meio de modelos internos, faz a sua melhor estimativa do preço que seria fixado pelo mercado. Para tanto, utiliza dados baseados em parâmetros de mercado observáveis (preços cotados em mercados não ativos ou por instrumentos similares).

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação em relação ao passivo for extinta, isto é, quando a obrigação especificada no contrato for retirada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor em termos substancialmente diferentes, ou os termos do passivo existente são substancialmente modificados, a troca ou modificação é tratada como uma baixa do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo, e a diferença no valor contábil é reconhecida no resultado.

3.5 Apuração do resultado

As receitas, quando apresentadas, são reconhecidas pelo regime de competência, assim como os custos e despesas dos serviços prestados que são diretamente relacionadas à prestação dos serviços de securitização, incluindo custos com assistência contábil, jurídica e assessorias.

3.6 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

A provisão para imposto de renda e contribuição social são contabilizadas pelo regime de lucro real e é constituída à alíquota de 15% para o imposto de renda, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente a R\$ 240. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado.

3.7 Resultado por ação

O resultado por ação é calculado dividindo-se o lucro/prejuízo do exercício atribuível aos acionistas pela média ponderada da quantidade de ações em circulação durante o exercício. Não existe diferença entre o lucro por ação básico e o diluído.

3.8 Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC)

As demonstrações dos fluxos de caixa são preparadas e apresentadas pelo método indireto de acordo com o Pronunciamento Contábil CPC 03 "Demonstração dos fluxos de caixa", emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

3.9 Demonstração do valor adicionado (DVA)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira para companhias abertas.

A demonstração do valor adicionado foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e informações contábeis intermediárias, e seguindo as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

3.10 Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- a) Eventos que originam ajustes: evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e
- b) Eventos que não originam ajustes: evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

3.11 Novas normas

As novas normas ou alterações de normas e interpretações vigentes após 1º de janeiro de 2024 não tem deverão ter impacto significativo sobre as informações financeiras.

4 Outros ativos

Refere-se a recursos que serão recebidos após o cumprimento das obrigações relacionadas a escritura de emissão de debêntures.

	31/12/2024	31/12/2023
Outros Ativos	-	<u>2</u>
Total	-	<u>2</u>

5 Patrimônio líquido

5.1 Capital social

O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 17 (R\$ 17 em 31/12/2023), dividido em 17.100 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

5.2 Lucros ou Prejuízos Acumulados

O resultado líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foi de R\$ 2 (R\$ 0 em dezembro 2023),

5.3 Dividendos

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório correspondente a 25% do lucro líquido do exercício nos termos da Lei das Sociedades por Ações, apurado de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Não houve destinação de dividendos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

6 Imposto de renda e contribuição social - Créditos Tributários

A Companhia possui créditos tributários de prejuízo fiscal e de base negativa de contribuição social no montante de R\$ 4 (R\$ 4 em 31/12/2023), não reconhecidos em seus ativos em 31 de dezembro de 2024 por não haver previsão de realização de lucros tributáveis futuros.

7 Instrumentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia não possuía operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

Crítérios, premissas e limitações utilizados na apuração dos valores de mercado

Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

Os instrumentos financeiros utilizados pela Companhia são aplicações financeiras automáticas em conta corrente que são títulos de renda fixa administrados por banco de primeira linha e consideradas como expostas a baixo risco. Esses instrumentos são classificados como ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. Na mensuração subsequente são classificados na mesma categoria. Por se tratar de um instrumento com liquidez diária e resgate imediato e automático é garantido na taxa pactuada na aplicação, e os saldos refletem o seu valor justo na data da avaliação.

8 Gerenciamento de riscos

Visão geral

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia aos riscos citados a seguir, os objetivos da Companhia, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital da Companhia. Divulgações quantitativas adicionais serão incluídas tão logo sejam realizadas operações decorrentes de seu objeto social.

Hierarquia de valor justo

Existem 3 diferentes níveis hierárquicos, conforme segue:

- **Nível 1** - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- **Nível 2** - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

- **Nível 3** - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado ("inputs" não observáveis).

A Companhia classifica seus instrumentos financeiros como nível 2.

Estrutura do gerenciamento do risco

A administração da Companhia adota uma política conservadora no gerenciamento dos seus riscos. Essa política materializa-se pela adoção de procedimentos que envolvem todas as suas áreas críticas, garantindo que as condições do negócio estejam em conformidade estrita com a proposta estabelecida para o exercício. Em linhas gerais, podem ser identificadas seis etapas a serem observadas na contratação de novas operações, sendo elas: (1ª) prospecção de negócios; (2ª) análise da proposta; (3ª) avaliação risco de crédito; (4ª) negociação das condições comerciais; (5ª) identificação da disponibilidade de recursos a captar em debêntures; e, tendo sido atendidas todas as condições; e (6ª) a efetivação do negócio.

Como resultado, alguns riscos, inerentes à atividade de securitização, não são identificados nas operações da Companhia e outros são minimizados pela adoção de mecanismos de proteção e controle, conforme exposto a seguir:

- (a) **Risco de mercado** - Relacionado com a possibilidade de perda por oscilação de taxas, descasamento de prazos ou moedas nas carteiras ativas e passivas acompanhadas mensalmente para direcionar estratégias para operações. Para as operações em andamento, o risco é minimizado pela compatibilidade entre as debêntures emitidas e os recebíveis de crédito que lhes dão lastro. No que diz respeito à atividade de tesouraria, as disponibilidades estão concentradas em aplicações de renda fixa e, quando aplicável, têm os seus saldos ajustados a valor de mercado.
- (b) **Risco de crédito** - Considerado como a possibilidade de a Companhia incorrer em perdas resultantes de problemas financeiros com seus clientes, que os levem a não honrar os compromissos assumidos com a Companhia. Para minimizar esse risco todos os créditos ofertados são submetidos à rigorosa análise qualitativa, abrangendo, entre outros quesitos, a análise histórica da pontualidade na solvência das obrigações e a relação entre saldos devedores e garantias a eles relacionadas. Adicionalmente, quando aplicável, os créditos adquiridos estão garantidos por coobrigação dos cedentes, assegurando a integralidade do fluxo de caixa previsto mesmo na hipótese de inadimplência dos devedores. Quanto ao gerenciamento dos recursos em tesouraria, este tem como parâmetro, entre outros, a pulverização das disponibilidades de caixa entre instituições com adequada classificação de risco.
- (c) **Risco de liquidez** - Considerado pela capacidade de a Companhia gerenciar os prazos de recebimento dos seus ativos em relação aos pagamentos derivados das obrigações assumidas. Esse risco é eliminado pela compatibilidade de prazos e fluxos de amortização entre títulos emitidos e lastros adquiridos, além da manutenção obrigatória de uma reserva mínima de liquidez.
- (d) **Pré-pagamentos** - O risco derivado dos pré-pagamentos por parte dos devedores dos créditos securitizados, comum nas operações de securitização, é neutralizado na Companhia pela disposição inserida nos títulos emitidos que lhe permite alocar os resultados, positivos ou negativos, nas debêntures da Terceira Série, por sua característica participativa nos resultados.

- (e) **Risco operacional** - Entendido como relacionado à possibilidade de ocorrência de perdas não previstas decorrentes da inadequação dos sistemas, das práticas e medidas de controle em resistir e preservar a situação esperada por ocasião da ocorrência de falhas na modelagem de operações, na infraestrutura de apoio, de erros humanos, de variações no ambiente empresarial e de mercado e/ou de outras situações adversas que atentem contra o fluxo normal das operações. Com o objetivo de minimizar esses defeitos, a Companhia estabeleceu rotinas redundantes de verificação, realizadas por profissionais diferentes e/ou de área diversa daquela em que o procedimento se originou, em todos os processos críticos até que os seus sistemas de contratação, registro, evolução e acompanhamento das carteiras de recebíveis adquiridas e debêntures a eles vinculadas, assim como o sistema integrado de controle interno, estejam plenamente ativos. Especificamente quanto à segurança dos ambientes de informática são adotados procedimentos que visam à efetiva proteção desses ambientes a partir da padronização das estações de trabalho, da adoção de procedimentos de controle de acesso, e da manutenção de rotinas de preservação de dados e informações.

Gestão do capital

A política da Administração considera a manutenção da base de capital necessária para assegurar a confiança dos investidores, de eventuais credores e do mercado em geral, assim como garantir o desenvolvimento futuro do negócio.

Análise de sensibilidade

Em atenção ao disposto na Instrução Normativa CVM nº 475, de 17 de dezembro de 2008, a Companhia registra não estar exposta a instrumentos financeiros não evidenciados nas suas demonstrações contábeis.

9 Partes relacionadas

Não existem transações com partes relacionadas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2024.

A Companhia não possui benefícios de longo prazo de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para o pessoal-chave da administração.

10 Contingências

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia não possui provisões, ativos ou passivos contingentes, havendo processos judiciais classificados pelos assessores jurídicos com probabilidade de perda possível de R\$ 10 em 31 de dezembro de 2024.

11 Eventos subsequentes

A administração efetuou a análise dos eventos subsequentes e não identificou assuntos que gerassem impacto e ou divulgação nas informações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2024.
